



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR

ROSICLEY SILVA E SILVA

**EDUCAÇÃO E TRABALHO INFANTIL NO COMÉRCIO
INFORMAL NAS EMBARCAÇÕES QUE NAVEGAM NO RIO
TAJAPURU, ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ-PA, NA VISÃO DE PAIS E
PROFESSORES**

BREVES-PARÁ
2019

ROSICLEY SILVA E SILVA

**EDUCAÇÃO E TRABALHO INFANTIL NO COMÉRCIO
INFORMAL NAS EMBARCAÇÕES QUE NAVEGAM NO RIO
TAJAPURU, ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ-PA, NA VISÃO DE PAIS E
PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação e Ciências Humanas,
Campus Universitário do Marajó – Breves, da
Universidade Federal do Pará, para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral
Guedes

BREVES-PARÁ
2019

S586e Silva E Silva, Rosicley
EDUCAÇÃO E TRABALHO INFANTIL NO COMÉRCIO
INFORMAL NAS EMBARCAÇÕES QUE NAVEGAM NO RIO
TAJAPURU, ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ-PA, NA VISÃO
DE PAIS E PROFESSORES / Rosicley Silva E Silva. — 2019.
61 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral
Guedes
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Faculdade de Educação, Campus Universitário de Breves,
Universidade Federal do Pará, Breves, 2019.

1. Condições de vida da família. 2. Trabalho Infantil.
3. Consequências ao processo ensino-aprendizagem. .
I. Título.

CDD 370

ROSICLEY SILVA E SILVA

**O TRABALHO INFANTIL ENTRE OS ALUNOS DE UMA ESCOLA DE
ENSINO FUNDAMENTAL LOCALIZADO NO RIO TAJAPURU,
BREVES-PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação e Ciências Humanas,
Campus Universitário do Marajó – Breves, da
Universidade Federal do Pará, para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral
Guedes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes (Orientador)

Prof^a. Ma. Manuelle Espíndola dos Reis (Examinador – UFPA)

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo (Examinador – UFPA)

Aprovado em: 24 / 05 / 2019 (15h)

BREVES-PARÁ
2019

À minha família, que foi minha principal base de estímulo para seguir minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, pelo dom da vida e da sabedoria para concluir o curso de pedagogia com grande êxito.

Aos meus pais, Hilário Marques da Silva e Maria Augusta Correa da Silva, por estarem sempre me dando força e coragem para não desistir, em especial minha mãe, que sempre me incentivou, na qual tenho muito orgulho de ser filho.

Aos meus 10 irmãos queridos, Road, Robson, Ronilson, Rosinan, Rosimar, Ruth, Rosiano, Rosinei, Roger e Roberte.

Aos meus amigos de toda a vida, em especial, Michel, Naza, Cristiane, Aparecida, Patrícia, Janilson, Joel, Ronaldo e Clebinho. Entre muitos, este último foi o que me ajudou num dos piores momentos de minha vida, quando fui assaltado no período em que estudava, me deu muita atenção.

Às pessoas que me acolheram em suas casas durante o curso, como: Márcio e família, prof. Claudecy, Adalberto e Eliete, Zezinho Lobato e dona Tereza. Aqui expresso meus agradecimentos pela acolhida em que me proporcionaram em suas residências.

Aos meus amigos/família da *Pedagogia V de 2014*, em especial, a meu grupo de trabalho formado por mim, Aquilino, Deisiane, Fabrícia, Eliane, Mayla e Jefferson, o qual este último tenho como um irmão de outra mãe, que a vida por meio deste curso me deu, uma pessoa que gosto muito. Amigos que passamos juntos muitos momentos bons e outros não, que serão levados para sempre comigo. Sem vocês, confesso que não teria chegado até aqui.

Ao meu orientador, prof. Dr. *Leonildo Nazareno do Amaral Guedes*, que sempre me deu forças e me incentivou no prosseguimento dos meus estudos. Quando em não entrava em contato, ele me mandava mensagens, querendo saber da pesquisa, pedindo para agilizar e concluir. Aqui deixo meu muito obrigado.

A (o)s querido (a)s *mestres da Faculdade de Educação e Ciências Humanas*, que compartilharam de suas experiências no decorrer de minha formação, me permitindo crescer como pessoa e como profissional.

Aos *alunos, professores, e famílias* da escola Bom Pastor São José no rio Tajapuru da zona urbana do município de Breves-PA, pelo acolhimento e pela disponibilidade em ajudar na pesquisa.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a *todos e todas* que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse concluir o curso de Pedagogia. Muito obrigado.

Postos em prática as garantias da educação, proteção, saúde, assistência à vida das crianças, veríamos o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e educacional, apoiado pelo combate à exploração de mão de obra infantil.

Helgir Girodo

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar as influências do trabalho com vendas e trocas nas popas das balsas no rio Tajapuru no processo de ensino aprendizagem das crianças que realizam estas trocas comerciais. Como objetivos específicos buscamos descrever as condições de vida da família e a prática do trabalho relacionada ao contexto escolar da criança; e identificar as influências das atividades laborais no processo formativo escolar de crianças ribeirinhas do Rio Tajapuru. Esta pesquisa propôs responder ao seguinte questionamento principal: como famílias ribeirinhas e suas crianças dão sentido ao trabalho com vendas e trocas comerciais nas popas das balsas no rio Tajapuru, relacionando-o ao processo de ensino aprendizagem na escola dessas crianças que realizam essas trocas comerciais? As questões norteadoras atreladas a esse problema de pesquisa foram: quais as condições de vida das famílias pesquisadas e as práticas de trabalho que se relacionam com o contexto escolar das crianças? Quais as influências das atividades laborais no processo formativo escolar de crianças ribeirinhas do Rio Tajapuru? Para sua realização, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Posteriormente, foi escolhida a abordagem qualitativa, sendo que o tipo de pesquisa foi o estudo de caso em uma escola de ensino fundamental da zona rural do município de Breves-PA. A técnica de coleta de dados foi a entrevista, do tipo semiestruturada. Foram entrevistados 03 professores e 03 famílias/responsáveis com crianças matriculadas na escola pesquisada. Para fundamentar as discussões desta pesquisa, utilizamos proposições de Azambuja (2004), Rizzini e Pilotti (2009), Souza (2011), Vieira (2011), Lima (2012) e Guedes (2018). Como resultados entendemos que a condição de vida das famílias é difícil, criando um contexto em que o trabalho realizado por crianças e adolescentes estudantes surge como um caminho que pode ajudar na melhoria da condição de vida, mesmo trazendo consequências para a vida escolar dos estudantes. Também concluímos que há diversas consequências sobre o desenvolvimento educacional destes indivíduos, causadas pelo trabalho realizado pelos estudantes, como falta às aulas, dificuldades com as disciplinas escolares; dificuldades com atividades extraclasse; perda de atividades avaliativas e, em decorrência baixo rendimento; evasão escolar e retenção.

Palavras-chave: Condições de vida da família. Trabalho Infantil. Consequências ao processo ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course aimed to analyze the influence of the work with sales and exchanges in the stern of the rafts in the river Tajapuru in the process of teaching learning of the children who carry out these commercial exchanges. As specific objectives we seek to describe the living conditions of the family and the work practice related to the school context of the child; and to identify the influences of work activities in the educational formative process of riverside children of the Tajapuru River. This research proposes to answer the following main question: how do riverine families and their children give meaning to sales and commercial work in the stern of the rafts in the river Tajapuru, linking it to the teaching process of learning in the school of these children who carry out these commercial exchanges? The guiding questions related to this research problem were: what are the living conditions of the families researched and the work practices that relate to the children's school context? What are the influences of work activities on the educational formative process of riverine children in the Tajapuru River? For its accomplishment, a bibliographical research was initially carried out. Subsequently, the qualitative approach was chosen, and the type of research was the case study in a primary school in the rural area of the municipality of Breves-PA. The technique of data collection was the semi-structured interview. We interviewed 03 teachers and 03 families / guardians with children enrolled in the researched school. In order to base the discussions of this research, we use propositions from Azambuja (2004), Rizzini and Pilotti (2009), Souza (2011), Vieira (2011), Lima (2012) and Guedes (2018). As results, we understand that the families' living conditions are difficult, creating a context in which the work carried out by children and adolescents students emerges as a path that can help improve the condition of life, even with consequences for the students' school life. We also conclude that there are several consequences on the educational development of these individuals, caused by the work done by the students, such as lack of classes, difficulties with school subjects; difficulties with extraclass activities; loss of evaluative activities and, as a result, low income; school dropout and retention.

Keywords: family living conditions. Child labor. Consequences to the teaching-learning process.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA ESCOLA PÚBLICA	12
2.1	HISTÓRICO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA A INFÂNCIA	12
2.2	PRINCIPAIS FORMAS DE TRABALHO INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS	18
2.3	BASES LEGAIS CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	24
2.4	O TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	29
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4	ANÁLISE DOS DADOS	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE	56

1 INTRODUÇÃO

Sou ribeirinho marajoara residente às margens do Rio Tajapuru, Município de Breves. Também sou professor na escola Coronel Evangelista Medeiros, também situada neste rio, exercendo essa função há aproximadamente cinco (05) anos.

Como graduando em pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Breves e como profissional da educação tenho percebido e observado de forma quase frequente, que neste rio, pelo fato de ser uma via de transporte muito movimentada por pequenas, médias e grandes embarcações, há um número elevado de pessoas que praticam suas atividades comerciais nas popas das balsas e navios que ali trafegam com frequência.

A partir desses fatos observados em relação a todo esse movimento e rotina de trabalho exercido por essas pessoas, vê-se a necessidade de fazer um levantamento ou pesquisa mais abrangente desse assunto, pelo fato de que no meio dessas pessoas, a maioria delas são crianças e adolescentes de aproximadamente 8 a 15 anos de idade.

Essas crianças praticam suas atividades comerciais nas embarcações, pois consideram que são mais fáceis de realizar, uma vez que fazem isso para garantir ou ajudar nas despesas de casa, primeiramente na alimentação, que é um fator de grande importância na vida da família. Ademais, como no domínio do cenário social das populações ribeirinhas marajoaras, são crianças que na grande maioria das vezes vêm de famílias pobres, que não possui uma condição financeira adequada para se manterem, sendo assim, dedicam-se na prática daqueles trabalhos.

Em meio a esse contexto complexo, este presente trabalho tem fundamental importância e relevância tanto para a comunidade local quanto para a sociedade em geral, porque vem nos mostrar o trabalho que algumas crianças e adolescentes praticam, às vezes por opção (em um contexto de opções limitadas) e outras por necessidade mesmo de cada família, mostrando assim a verdadeira realidade que vivenciam neste rio.

Como consequência disso, há crianças que ao trabalharem com vendas e trocas comerciais nas popas das balsas que trafegam pelo Rio Tajapuru, têm problemas de aprendizagem por diversos motivos, principalmente relacionado ao contexto escolar, no processo de ensino aprendizagem. Algumas crianças, no

momento ou período em que deveriam estar na escola, estão trabalhando para ajudar no sustento de suas famílias. Há outras que praticam essas atividades como também estudam. Há outro grupo destes indivíduos formado por quem só trabalha, não usufruindo de seu direito à educação.

Com base nessa situação, em que as crianças trabalham para “sobreviver”, objetivamos fazer uma investigação, assim, nos questionamos sobre as consequências que essas atividades trazem ao processo de desenvolvimento educacional dos estudantes, analisando os modos de vida ribeirinha, e como estes interagem com o trabalho de vendas e trocas comerciais nas balsas e outras embarcações.

Para ter mais ênfase no que nos propomos a desenvolver sobre assunto a ser problematizado, que é o trabalho infantil e sua interferência na vida escolar, consultamos o que alguns autores já escreveram sobre, detalhando a maneira como cada um vê essa relação do trabalho infantil.

Para isso, foram analisadas produções científicas entre teses e dissertações encontradas no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e outras fontes. As produções que analisam a relação trabalho infantil e escola compreenderam o período de 2003 a 2017. Foram selecionadas teses como a de Guedes (2018) e dissertações como as de Souza (2011) e Vieira (2011), além de artigos, que juntamente, trataram de questões relacionadas ao trabalho infantil e suas relações com o desenvolvimento educacional de estudantes ribeirinho de um a escola no município de Breves.

Nessa pesquisa, a problemática que nos debruçamos trabalhar procurou saber: quais as consequências que atividades laborais trazem ao processo de desenvolvimento educacional dos estudantes, e como estes interagem com o trabalho de vendas e trocas comerciais nas balsas e outras embarcações?

O objetivo geral aqui a ser abordado buscou analisar as influências do trabalho com vendas e trocas nas popas das balsas no rio Tajapuru no processo de ensino aprendizagem das crianças que realizam estas trocas comerciais.

Para detalharmos mais a fundo, traçamos dois objetivos específicos, que são: descrever as condições de vida da família e a prática do trabalho relacionada ao contexto escolar da criança; e identificar as influências das atividades laborais no processo formativo escolar de crianças ribeirinhas do Rio Tajapuru.

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa partiram inicialmente de um levantamento bibliográfico, tendo uma abordagem qualitativa como bases. A pesquisa de campo foi desenvolvida pela utilização de entrevistas, realizadas com pais e professores. O tratamento dos dados se deu por meio da análise das entrevistas e relação com a teoria consultada.

Este trabalho, além desta parte introdutória, apresenta mais três seções. A segunda seção traz à tona as principais discussões teóricas que aqui desenvolvemos sobre nossa temática de pesquisa, assim, de forma geral, tratamos da prevenção do trabalho infantil na escola pública, para isto desenvolvemos os subitens: histórico das violências contra a infância; principais formas de trabalho infantil e suas consequências; bases legais contra a exploração do trabalho infantil e o trabalho pedagógico da escola e a prevenção à exploração do trabalho infantil.

Na terceira seção tratamos da metodologia da pesquisa, que já indicamos nesta introdução. Na quarta seção desenvolvemos as análises sobre as informações que foram coletadas durante nossa pesquisa de campo, tendo como base as referências teóricas que selecionamos em nosso levantamento bibliográfico. Finalizamos com nossas considerações finais, onde apresentamos nossas reflexões acerca dos objetivos alcançados.

2 PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA ESCOLA PÚBLICA

Neste capítulo faremos um pequeno resumo histórico do trabalho infantil; também mostraremos algumas das principais consequências da exploração do trabalho infantil; dialogaremos sobre algumas das principais bases legais que ao longo da história trataram desta temática, por último, veremos um pouco sobre a importância da escola no enfrentamento desta problemática.

2.1 HISTÓRICO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA A INFÂNCIA

Leifeld (2011) em sua tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica do rio de Janeiro, relata que aspectos históricos da atual situação referente à pobreza, distinção de classe e desigualdades sociais no mundo existe desde os primórdios. Segundo a autora, “[...] mesmo nas sociedades mais homogêneas e simples, e essa situação foi se tornando mais permanente e fortalecida à medida que as sociedades foram se tornando mais complexas.” (LEIFELD, 2011, p. 21).

Boneti e Abreu (2011, p. 10) mostram que as desigualdades sociais são tão antigas e persistentes que nos remetem ao “[...] Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, publicado por Rousseau em 1750”. Segundo as autoras a obra apresenta um fundamento que traz uma triste realidade e afirma-se que estas desigualdades e suas consequências tendem a se acumular. De certo que em meio à pobreza, a exploração tem grande desenvolvimento, como por exemplo, a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

O trabalho infantil é uma realidade muito discutida e presente na atualidade, não é necessário sair de nossa cidade, de nosso bairro e às vezes nem sair de nossas casas para vermos crianças em situações de exploração. Assim, podemos dizer que o trabalho infantil acontece diariamente em nossa sociedade. Segundo Antônio de Oliveira Lima, em seu artigo denominado “Aspectos legais, históricos e culturais do trabalho infantil no Brasil” o trabalho infantil é muito antigo e tem ligações com a exploração do próprio homem, o autor diz que:

A história do trabalho infantil tem origem na própria história do trabalho humano, quando homem passou a depender da agricultura de subsistência. Suas raízes estão ligadas ao trabalho escravo, à exploração do homem pelo próprio homem, a exemplo da submissão imposta aos povos vencidos nas guerras, que passavam à condição de escravos, juntamente com suas

crianças. Outra situação comum era a servidão por dívidas, em que os credores utilizavam a mão de obra dos filhos dos devedores para aumentar sua lucratividade, o que ocorria com frequência nas civilizações grega e romana. (LIMA, 2012, p. 03).

O autor mostra que a exploração do trabalho infantil é uma construção humana, culturalmente desenvolvida nas relações que se estabeleceram desde a própria evolução do trabalho do homem. Ainda segundo o autor até nos tempos bíblicos, e no século VI a. C. em Jerusalém a exploração do trabalho infantil era um fato real, entretanto, já havia um direcionamento contrário a esta realidade de exploração de crianças e adolescentes (LIMA, 2012).

A exploração é mais uma forma de violência contra as crianças e adolescentes, que teve em grande parte da história, a legitimação estabelecida por leis e normas socialmente construídas. Azambuja (2004) diz que “quanto mais se retroage na história, maiores são as chances de observarmos falta de proteção jurídica à criança, com registros de abandono, morte, espancamentos e violência física e sexual.” (AZAMBUJA, 2004, p. 21). A autora segue destrinchando esses fatos, afirmando que:

Atos físicos e sexuais contra crianças eram comuns na antiguidade, havendo abundantes referências bíblicas e mitológicas sobre o fratricídio e o infanticídio, Caim matou Abel, enquanto Zeus sequestrou o jovem Ganimedes para lhe servir de copeiro e amante. O Livro A Vida dos Doze Césares, de Suetônio, registrou as inclinações sexuais do imperador romano Tibério com crianças: ele se retirou para a ilha de Capri com várias crianças pequenas, as quais forçava a cometerem atos sexuais vulgares e a atenderem a seus desejos pornográficos. (AZAMBUJA, 2004, p. 21-22).

Avançando no desenvolvimento histórico temos a um ponto referencial no Código de Hamurábi (1728/1686 a.C.). Tal código tratava de diversas situações referentes a relações desenvolvidas na época, tratava, por exemplo da adoção de crianças, que segundo Azambuja (2004), “[...] que, na hipótese de ocorrer logo após o parto, tornava-se definitiva, e o filho não podia mais ser reivindicado.” (AZAMBUJA, 2004, p. 22). Pelo que se percebe a criança pouco tinha direitos, sendo apenas um indivíduo sobre o qual havia decisões a serem tomadas, e mesmo que o código possibilitasse uma volta à família natural, em caso de o adotante não oferecer condições ao adotado, iguais aos outros filhos (AZAMBUJA, 2004), os perigos apresentados nas definições do rei eram extremos, pois o artigo 192 previa:

[...] o corte da língua do filho que ousasse dizer aos pais adotivos que eles não eram seus pais, assim como a extração dos olhos do filho adotivo que aspirasse voltar à casa dos pais biológicos, afastando-se dos pais adotantes (artigo 193). Punição severa era aplicada ao filho que batesse no pai: a mão, considerada o órgão agressor, era decepada. (AZAMBUJA, 2004, p. 22).

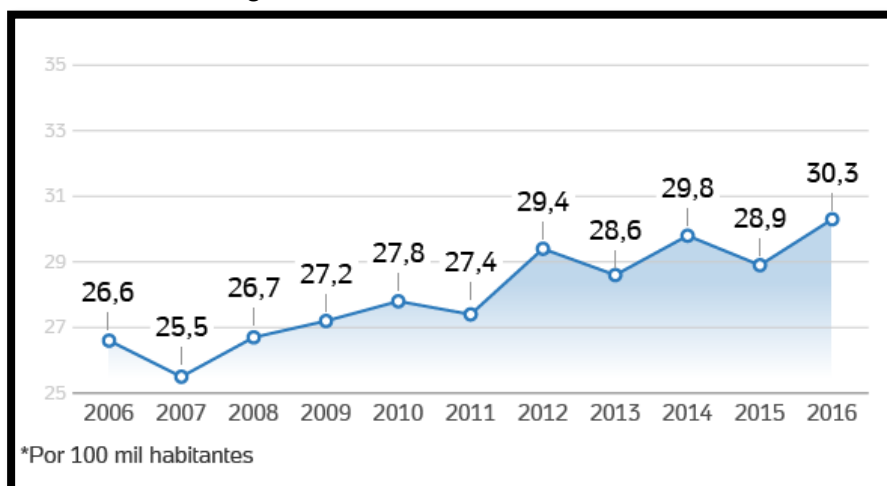
Atos de violência como os apresentados acima estavam previsto em lei e eram aceitos por aquela sociedade. Já no Egito, a cultura direcionava as ações aplicadas às crianças, que eram sempre colocadas em segundo plano, sendo tratadas de forma desigual e, até de forma perigosa, como mostra Azambuja dizendo que:

[...] pode ser observado o costume de enfaixar as crianças com ataduras e faixas, logo após o nascimento, o que impedia a utilização dos membros, propiciava uma atitude passiva dos bebês, fazia com que o coração batesse mais lentamente, o choro fosse menos frequente e o sono mais prolongado. (AZAMBUJA, 2004, p. 22).

Um ato desses na atualidade pode ser encarado como tortura, maus tratos, risco à integridade física, psicológica e emocional da criança. Nesta sociedade, o centro das atenções eram os adultos, em especial os avós, tendo a figura do avô como referência maior que o próprio pai da criança.

Na atualidade atos violentos são comuns de serem vistos em diversos veículos de comunicação de massa ou em nosso dia a dia. Macedo (2011), faz análises sobre esta temática, mostrando-nos que isto não é algo simples, segundo a autora, “A violência como fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta.” (MACEDO, 2011, p. 516).

Sabemos que a violência se manifesta de diversas formas, seja na família, na escola, nas ruas e em outros espaços. Entretanto, o que pode expressar o extremo desse fenômeno social é o número de homicídios de um lugar. O Brasil é um país que tem elevados números de violência, como podemos ver na taxa de homicídios no país entre 2006 e 2016:

Figura 01: Taxa de homicídios no Brasil

Fonte: Atlas da violência, 2018.

Entre as vítimas da violência está população infanto-juvenil. Azambuja (2004), apresenta uma situação que mostra o entendimento que se tinha a respeito do tratamento com as crianças que ocorria em Roma há tempos atrás, pois:

As Leis de Rômulo, no início de Roma, determinavam aos pais o dever de criar todos os filhos homens e a primeira mulher a nascer, existindo nas cidades locais especiais destinados à exposição de crianças indesejadas, onde se incluíam muitas meninas, assim como meninos deformados e ilegítimos. Poucas crianças eram recolhidas por estranhos e adotadas ou criadas como escravas, sendo que a maioria lera deixada à morte em suas cestas, pela exposição ao tempo ou à fome. (AZAMBUJA, 2004, p. 24).

Esses poucos relatos mostram um pouco da situação das crianças diante da sociedade, pouco temos dialogado até aqui sobre os aspectos legais sobre o tratamento apresentado às crianças e adolescentes, entretanto, teremos uma seção que tratará desse aspecto. Nos direcionaremos agora a falar sobre a história do trabalho infantil no Brasil.

A história do trabalho infantil e exploração das crianças iniciou no Brasil logo a partir da chegada dos portugueses e estabelecimento dos Jesuítas como responsáveis e lidar com a educação da colônia portuguesa. Segundo Rizzini e Pilotti (2009), “Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno.” (RIZZINI; PILOTTI, 2009, P. 17). A primeiro olhar a ação jesuítica tem intenções declaradas, mas de fato não era apenas isto que se tinha em mente, pois, pretendia-se além disso converter “[...]”

as crianças ameríndias em futuros súditos dóceis do Estado português e, através delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais e culturais recém importadas.” (RIZZINI; PILOTTI, 2009, P. 17).

Após a vinda do Marquês de Pombal, em 1755, os jesuítas foram expulsos do Brasil e as catequização dos índios foi proibida, dessa forma o domínio sobre as crianças ficou sob responsabilidade dos senhores donos de terras. Neste momento as crianças tiveram quase nenhuma atenção, pois era preferível adquirir um escravo do que criar uma criança, assim, muitas delas morriam precocemente. (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Outra realidade do Brasil que é mostrada por Rizzini e Pilotti (2009), é anterior à relatada anteriormente, entretanto, é importante. Segundo os autores, no século XVIII, havia uma aceitação baseada na moral cristã dominante na época, que acabava colocando os filhos que eram tidos fora do casamento à margem das famílias e da sociedade, sendo condenados, geralmente ao abandono. Duas atitudes, por parte do Vice-Rei, uma se referia à oferecimento de esmolas e a outra ao recolhimento dos tidos como expostos em asilos.

Decorrente desse fato, a Santa Casa de Misericórdia desenvolveu um sistema de Rodas no Brasil, que consistiu na construção de:

[...] um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa. O objetivo era esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. Tais crianças eram denominadas de enjeitadas ou expostas. (RIZZINI; PILOTTI, 2009, P. 19).

Outros movimentos que tiveram atenção voltadas às crianças foram denominadas como higienistas e filantropos. Os Higienistas estavam identificados como um movimento filantrópico e, eram geralmente médicos e tinham uma preocupação para com as crianças expostas e acolhidas por instituições ou até por famílias, sua atenção estava voltada, basicamente para os cuidados com essas crianças (RIZZINI; PILOTTI, 2009). Os trabalhos desenvolvidos pelos higienistas foram muito importantes, tanto é que se pode afirmar que:

Foram várias as iniciativas dos higienistas, tais como a criação dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância, o primeiro deles fundado no Rio de Janeiro pelo Dr. Moncorvo Filho, em 1901; a criação de dispensários e

ambulatórios, com serviços de consulta médica às crianças pobres; “gota de leite”; palestras para as mães, dentre outras. (RIZZINI; PILOTTI, 2009, P. 21).

Ainda no início do século XX, segundo os autores acima citados, o destino de muitas crianças e adolescentes era ser direcionados aos reformatórios e casa de correção. Lá estes indivíduos recebia um tratamento que deveria ser diferenciado e separado dos maiores, entretanto, isto não ocorria em sua totalidade, despertando indignação entre por parte dos defensores da reeducação de menores (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Não distante disso, desenvolveu-se a prática de recolhimento de menores considerados indesejáveis, que eram enviados para delegacias especializadas que ficavam à disposição da lei. Porém, a realidade do tratamento aos que eram recolhidos não se distanciou, em grande parte, ao que era praticado em outras delegacias, assim, os autores acima citados dizem que “Inúmeras irregularidades foram sistematicamente denunciadas nestes estabelecimentos, onde predominavam os vícios da corporação policial, sendo os ‘menores’ tratados com violência como em qualquer outra delegacia”. (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 23).

Voltando nossas reflexões para os o trabalho infantil, temos nas palavras de Rizzini e Pilotti (2009), a apresentação de uma realidade que se firmou a partir da necessidade de força de trabalho nas fábricas, sendo os autores “Menores eram recrutados em asilos e cumpriam carga horária semelhante à dos adultos. Outros trabalhavam para complementar a renda familiar.” (ROZZINI; PILLOTTI, 2009, p. 23). Ainda segundo essas colocações, os donos das fábricas usavam como justificativa o fato de estarem promovendo uma ocupação que retirava os menores das ruas, que assim, era entendida como boa, mesmo indo contra o código de menores de 1927.

Paganini (2011), também faz comentários as condições de trabalho que as crianças dessa época eram submetidas, assim a autora diz que:

Desse modo, as condições de trabalho nas quais foram submetidas essas crianças eram realmente desumanas, pois além da jornada de trabalho desgastante, e dos diversos acidentes de trabalhos ocorridos, estas eram submetidas à realização das atividades em locais insalubres e perigosos (MOURA, 1999, apud PAGANINI, 2011, p. 03).

Azambuja (2004), mostra que crianças e adolescentes foram, em grande parte do tempo aqui apresentado, alvos de diversas violências, tanto pela exploração do

trabalho como por outras formas de exploração, que estiveram ligadas a diversos fatores, além de presentes em ações, decretos, códigos, leis e outros que permitiam a ocorrência destes acontecimentos.

Anos foram necessários para que outras bases legais, desenvolvidas a partir de lutas travadas principalmente pelos que discordavam do tratamento dado a crianças e adolescentes. Azambuja (2004) mostra um divisor de água na luta por direitos e afirma que:

[...] a partir de 1988 e 1990, nova era dos direitos da criança e do adolescente. Vencia-se, na última década do século XX, a primeira etapa de um longo processo de transformação social que perdura até os dias atuais. A nova lei provocou mudanças radicais na política de atendimento à criança e ao adolescente, com a criação de instrumentos que viabilizam o atendimento e a garantia dos direitos assegurados àqueles que ainda não atingiram os dezoito anos. (AZAMBUJA, 2004, p. 53).

O Estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8069/1990) vem dar a nosso país um destaque como um dos países mais avançados no que diz respeito ao combate à violência praticada contra estes indivíduos, além de ser um mecanismo de garantia de direitos, considerando-os como sujeitos de direito.

2.2. PRINCIPAIS FORMAS DE TRABALHO INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O trabalho infantil é de fato uma realidade que está presente no Brasil e no mundo há muitos anos, como já afirmamos anteriormente; tal fenômeno decorre do trabalho de forma geral. Como qualquer ação tem uma reação, sabe-se que o trabalho também tem as suas consequências. Entretanto, quando há uma preparação para o desenvolvimento de determinada ação tida como trabalho, é possível que as consequências sejam menores.

Ao falarmos do trabalho infantil, temos a real ideia de que estamos falando de indivíduos que não têm tal preparação, pois o trabalho não algo apropriado para sua idade e condição física, psicológica social etc. Lima (2012), faz uma observação sobre a não observância das consequências do trabalho infantil:

Ao não vermos problemas no trabalho da criança, acabamos não vendo a criança como criança, que tem direito ao brincar, ou à convivência familiar. Estes direitos são totalmente negados à criança, por exemplo, que está no

trabalho infantil doméstico que, infelizmente, ainda é visto com naturalidade. (LIMA, 2012, p. 02).

O trabalho infantil é uma realidade, um problema social que deve ser combatido, mas nem sempre este fato foi ou é visto do jeito que deveria ser, mesmo tendo de forma comprovada um número bem elevado de casos que mostram esta situação de exploração, segundo Lima (2012), “De acordo com o senso de 2010, cerca de 3 milhões e 400 mil crianças de 10 a 17 anos trabalhavam no Brasil. Cerca de 700 mil na idade de 10 a 13 anos, perto de 900 mil na idade de 14 e 15 anos, e um milhão e 800 mil entre 16 e 17 anos.” (LIMA, 2012, p. 01).

Os números acima mesmo sendo referentes ao senso de 2010, são até hoje alarmantes e revelam uma triste realidade vivida por nossas crianças e adolescentes. O autor não esclarece se os adolescentes a partir dos 14 estão trabalhando em condição de aprendiz, mas menciona que fica impressionado ao os ver trabalhar [...] no lixão, na pedreira, nas carvoarias, mas outras como o trabalho infantil no semáforo, no farol de trânsito”. (LIMA, 2012, 01)

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), em 2003, realizou uma pesquisa intitulada “Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração.” Nos muitos dados apresentados houve um que mostrou que em 2002, algumas das 652 publicações que trataram da questão do trabalho não se aprofundaram na questão legal que trata desse assunto. Isto mostra de um lado que houve um grande número de publicações, tendo como principais publicadores 62 jornais diferentes e uma revista. Entretanto, houve também uma superficialidade em tais matérias, que não aprofundaram os temas abordados, colocando em xeque a exploração do trabalho infantil e as leis que deveriam ser cumpridas.

Além dessas informações, também foi analisado de forma específica, o trabalho infantil majoritariamente abordado nas publicações. A partir da pesquisa **Crianças Invisíveis**, foram apresentadas as principais formas de exploração do trabalho infantil. Como resultados tivemos:

Quadro 01: Trabalho infantil

Doméstico em casa de terceiros	14,1%
Doméstico (sem identificação clara)	9,0%
Doméstico na casa da própria família	0,6%
No lixo	7,4%
Na rua (vendedores ambulantes)	4,8%
Na rua (mendicância)	2,0%
Como engraxates	0,6%
Em carpintarias, marcenarias, serrarias e serralherias	0,5%
Na indústria de móveis	0,3%
Na indústria de calçados	0,2%
No tráfico de drogas	0,9%
Na exploração sexual	0,8%
Na cultura do tomate	1,4%
Nos canaviais	0,6%
Em outras culturas agrícolas	2,0%
Extrativismo	0,8%
Nas carvoarias	0,8%
No setor de sisal	0,6%
No garimpo	0,6%
No setor fumageiro	0,5%
Outros	4,0%
Vários tipos simultaneamente	22,1%
Não foi possível identificar	14,3%
Não se aplica	11,3%

Fonte: ANDI, 2003.

Como resultado das análises obtidas a partir dos dados da pesquisa, apontou-se como principal vilão da exploração do trabalho infantil o trabalho doméstico em casa de terceiros, com 14,1%. Este tipo de trabalho é aquele que em nossa realidade ocorre com frequência e pode ser exemplificado quando uma criança vem da zona rural para morar na casa de parentes ou conhecidos da família, e acabam assumindo os afazeres domésticos da casa onde estão, em compensação recebem comida, moradia e coisas básicas.

[...] trabalho infantil doméstico remunerado ou não desenvolvido em domicílios de terceiros é definido como toda atividade laboral realizada no setor doméstico por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima permitida para inserção neste tipo de trabalho e que se encontrem em situações de exploração. (SANTOS, 2016, p. 164).

O trabalho infantil na casa de terceiros mencionado anteriormente, ainda pode ser definido como o “[...] executado em troca de um salário ínfimo ou de uma promessa de roupa, escola e alimentação” (RIZZINI; FONSECA, 2002, Apud SANTOS, 2016, p.164), se diferencia do trabalho infantil em sua própria casa, pois este segundo, dependendo de sua realização, é possível de não ser entendido como exploração, mas como um afazer da criança, no qual ela vai ajudar no trabalho de casa, cuidando de suas coisas, de seu quarto, de seus materiais didáticos e outros.

Por outro lado, o trabalho doméstico também pode ser exploratório e trazer prejuízos para as crianças, pois a partir do momento em que a criança passa a ser responsável em realizar atividades dos adultos, mesmo em casa, ela passa a ser totalmente explorada, assim:

Tão inaceitável quanto o trabalho realizado por crianças em casas de outras famílias, é aquele onde crianças – geralmente meninas, assim como o trabalho em casas de terceiros – em nome da sobrevivência familiar, assumem, por exemplo, a responsabilidade de cuidar da casa e dos irmãos menores enquanto a mãe trabalha. (SANTOS, 2016, p. 165).

Retornando aos dados da pesquisa Crianças Invisíveis, foram 14 tipos de exploração do trabalho infantil relacionadas ao trabalho doméstico. Desta variedade de atividades que se associam a tal exploração foi citada por Consedey (2002), duas situações de exploração bastante comum, segundo esta autora:

O trabalho doméstico é uma forma de trabalho infantil-juvenil amplamente usada em nossa sociedade no qual meninas vindas do interior e de zonas rurais buscam melhores condições de vida e, com a promessa de estudo, se empregam em casas de famílias como babás e empregadas domésticas, permanecendo nesta situação eternamente. Há também o trabalho ilícito, em que jovens cada vez mais jovens estão sendo utilizados como mão-de-obra no tráfico de drogas. (CONSEDEY, 2002, p. 04).

Em nossa realidade não só marajoara, mas também local, no rio Tajapuru, as duas situações estão ocorrendo ainda, apesar de todas as leis e ações voltadas para o enfrentamento desta realidade. É muito comum a ocorrência da exploração do trabalho doméstico de crianças e adolescentes, principalmente meninas, que vêm do interior para a cidade, às vezes em busca de melhorias, mas acabam sendo exploradas em atividades domésticas na casa dos que as acolhem.

Tendo como base as informações que apontaram inúmeros formas de exploração do trabalho infantil, tendo a exploração doméstica como principal, passamos a refletir sobre as consequências que tais explorações podem trazer para as crianças e adolescente.

A pesquisa da ANDI (2003) apresentou dados importantes, segundo resultados foram encontradas 11 consequências principais que derivaram do trabalho doméstico, que foram apresentadas.

Vejamos.

Quadro 02: Principais consequências do trabalho infantil

Evasão e repetência escolares	37,3%
Abuso sexual	33,3%
Problemas na escola	26,7%
Maus-tratos	22,7%
Problemas de saúde	9,3%
Falta de lazer, esporte e cultura etc.	8,0%
Manutenção do ciclo de pobreza	8,0%
Problemas de socialização	6,7%
Acidentes de trabalho	4,0%
Formação para o futuro	1,3%
Independência financeira	1,3%
Outras	1,3%

Fonte: ANDI, 2003.

Apresentadas de forma visível é fácil perceber que as principais consequências do trabalho infantil, que são decorrentes da exploração do trabalho doméstico, afetam a educação das crianças e adolescentes que estão submetidos a tais situações. Duas consequências parecem confusas e nos chamam atenção, nos referimos à formação para o futuro e à independência financeira. Estas suas situações estão postas como consequências devido haver o entendimento de que o trabalho infantil vai influenciar negativamente na formação futura de quem é a ele submetido. Assim também ocorre sobre a independência financeira, pois imagina-se que prejuízos na formação irão incidir sobre isto, além de que o trabalho infantil não traz benefícios financeiros reconhecidos como no mínimo bons.

A partir dos dados apresentados, tendo expressos 37,3% de consequências sobre a evasão e repetências escolares, junto de 26,7% de problemas na escola, montamos um gráfico apresentando as consequências gerais sobre a educação, em comparação com o restante.

Pelo que vemos, as consequências sobre a educação de crianças e adolescente que realizam trabalhos domésticos de forma geral, é o grande problema, visto que geralmente estes indivíduos que são explorados, se submetem a isto visando ter uma melhoria no futuro, pois como bem lembra Consedey (2002, p.05), “[...] as crianças e adolescentes expostas ao trabalho precoce são oriundos de famílias pobres”.

Uma consequência relacionada à educação está sobre a repetência, apontada pela defasagem entre a idade e o ano de estudo, segundo a ANDI,

À medida que os anos passam, as crianças também aumentam o atraso escolar, definido pela defasagem entre a idade da criança e a série frequentada”, conclui Ana Lúcia Sabóia em seu estudo. Aos 14 anos, quando deveriam estar completando o ensino fundamental, apenas 9,8% das empregadas domésticas possuem sete anos de estudo e 1,7% atingiu oito anos. Para as demais trabalhadoras nessa idade, esses percentuais sobem para 20,3% e 2,1%, respectivamente [...] (ANDI, 2003, P. 83).

Os dados apresentados evidenciam uma grave realidade e um problema crônico e fatal gerado pela exploração do trabalho infantil. A socióloga Polyanna Espíndola Farias, que também fez parte da equipe realizadora da pesquisa da ANDI, mostra uma parcela dessa problemática ao dizer que:

As meninas saem para estudar para que possam ter outra profissão. Quando começam a trabalhar, veem que não dá para conciliar estudo e trabalho. Então largam a escola e perpetuam a ausência de educação e o próprio Trabalho Infantil Doméstico. (ANDI, 2003, p. 84).

Outra consequência, decorrente do trabalho doméstico, que teve destaque na pesquisa foi a exploração sexual, ocupou o segundo lugar nas ocorrências mais citadas nas matérias, com o percentual de 33,3%. Entretanto, a evasão e repetência somadas com aos problemas na escola, acabaram tendo mais destaque.

2.3. BASES LEGAIS CONTRA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Na atualidade temos inúmeras publicações, pesquisas e autores que tratam da exploração do trabalho infantil, além disso e, principalmente, temos uma legislação que também se preocupou em reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos que têm não só deveres, mas também direitos, estando presentes em resoluções, declarações e leis diversas, inclusive em uma específica, a Lei nº 8069, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente de 13 de julho de 1990.

Mesmo que o Brasil hoje seja reconhecido como portador de uma legislação que tem um grande avanço em direção da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, entretanto temos o entendimento que de forma efetiva essa legislação deixa a desejar por falta de efetividade. Sabemos que a luta por estes indivíduos é antiga e, transcende o âmbito nacional.

Segundo Silva (2009), foi na Europa, mais especificamente na Inglaterra, com a Revolução Industrial que a exploração do trabalho infantil teve grande atenção e interesse de ser praticada. Em contrapartida a isto, foi também neste país que surgiram as primeiras normas de proteção sobre o trabalho desses indivíduos. Silva comentando sobre isto diz que:

A primeira legislação de amparo aos trabalhadores foi a Lei de *Peel*, em 1802, assim denominada em homenagem ao seu idealizador, o industrial *Robert Peel*, que expediu um manifesto chamado “Ato da Moral e da Saúde”, no mesmo ano. O seu objetivo era proteger as crianças das explorações incrustadas no mundo capitalista. (SILVA, 2009, p. 36).

A lei de *Peel* mostrou como um avanço, visto que a exploração capitalista que se desenvolvia com extremo vigor e força necessitava de todos os esforços e força trabalhadora que pudesse ter, sem distinguir os indivíduos que se submetesse a vender sua força de trabalho. Segundo Silva (2009), esta lei apresentou relevantes avanços principalmente no que definia a: “[...] limitação da jornada de trabalho para 12h diárias; vedação do trabalho após as 21h e antes das 06h; instrução obrigatória durante os primeiros anos de aprendizagem; e higienização do local de trabalho.” (SILVA, 2009, p. 36). Apesar de um pequeno avanço, vemos a ação limitadora desta lei, pois a exploração do trabalho infantil ainda estava ocorrendo, ou seja, percebemos

avanço, assim também como a manutenção de atividades que exploravam a força de trabalho destes indivíduos.

Outra lei que teve aprovação de Robert Peel com colaboração de Robert Owen, foi uma que proibiu o emprego de menores de 9 anos, além de reduzir para 12 horas o trabalho de menores de 16 anos. Seguindo o fluxo histórico, em 1833 uma comissão foi formada para direcionar as condições de trabalho, reduziu a jornada de trabalho dos menores de 13 anos e reduziu o limite de 12 horas diárias para os menores de 18 (SILVA, 2009). Assim como a Lei de *Peel*, estas ações não proibiram o trabalho infantil, apenas minimizaram o tempo em poucas horas.

Outras ações foram desenvolvidas ao longo do tempo para determinar o trabalho em alguns países, assim, segundo Silva (2009),

Para fechar o ciclo das leis de proteção à juventude, em 1842, foi proibido o labor subterrâneo aos menores. Não só na Inglaterra, mas também na França, a partir de 1813, e na Alemanha, por volta de 1839, expediram-se normas de amparo aos pequenos trabalhadores, aumentando a idade para o trabalho e reduzindo as jornadas diárias. (SILVA, 2009, p. 36).

Este cenário teve uma grande melhoria “com a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, a preocupação com trabalho infantil tornou-se prioridade, ampliando a discussão para todo o mundo.” (SILVA, 2009, p. 37).

A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um marco fundamental no combate ao trabalho infantil, sendo um órgão basilar na orientação sobre as diretrizes referentes à exploração do trabalho de forma geral, mas especialmente sobre o que diz respeito a crianças e adolescentes no mundo. Segundo Silva (2009) sua origem se deu a partir da organização de uma comissão criou uma Carta do Trabalho, que continha nove princípios voltados para a orientação da política internacional, para as relações trabalhistas, dentre eles, estava principalmente a abolição do trabalho infantil.

Segundo Alvarenga (2007),

A criação da OIT baseou-se em argumentos humanitários e políticos, que fundamentaram a formação da justiça social no âmbito internacional do trabalho. O argumento humanitário baseou-se nas condições injustas e deploráveis das circunstâncias de trabalho e vida dos trabalhadores durante a Revolução Industrial (ALVARENGA, 2007, 02).

A autora mostra que a OIT surge em favor da classe trabalhadora de forma geral, contudo, neste momento, não faz destaque para o combate contra a exploração do trabalho infantil, que era uma das grandes problemáticas da época¹ e um de seus 8 direitos e princípios básicos.

Posterior a suas primeiras reflexões sobre a OIT, Silva (2009) destaca uma das preocupações da Organização Internacional do Trabalho, em relação a isto, a autora diz:

A luta contra o trabalho infantil é uma das prioridades da OIT, haja vista compreender que esse tipo de labor, além de não de ser digno e não contribuir para redução da pobreza, tira das crianças os seus direitos à saúde, à educação, e à sua própria vida enquanto crianças. (SILVA, 2009, p. 37).

A autora mostra a preocupação da entidade citada em relação à situação das crianças e adolescentes em regime de trabalho. Entretanto, não nos esclarece se o combate contra o trabalho infantil realizado pela OIT foi colocado em prática desde sua criação, mas fica evidente que em tese, isto possa ocorrer, pois está sendo destacado como prioridade. Nesse sentido, há uma afirmação de que

No intuito de combater mais efetivamente a exploração do trabalho infanto-juvenil, em 1992, a OIT inaugurou o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), o qual se tornou o maior programa mundial de cooperação técnica contra o trabalho infantil, buscando estimular, orientar e apoiar iniciativas nacionais na elaboração de políticas e ações que eliminem a exploração da criança. (SILVA, 2009, p. 37).

Posterior à colocação acima, Silva (2009), destaca as convenções, afirmando que elas são instrumentos que garantem a obrigatoriedade de os países assumirem compromissos que são determinados pela OIT. A autora deixa claro que a Organização Internacional do Trabalho vem desde seu surgimento atuando no combate contra a exploração do trabalho infantil. Assim, afirma-se que “Desde o ano de sua criação, 1919, a OIT vem elaborando Convenções para coibir o trabalho infantil.” (SILVA, 2009, p. 38).

O trabalho infantil é um dos grandes problemas da sociedade atual e de muitas passadas em todo o mundo, mas isto não significa dizer que não há hoje e em tempos passados, o desenvolvimento de ações contra esta exploração. Segundo a Agência de Notícia dos Direitos da Criança

¹ O trabalho infantil ainda hoje é um grande problema social.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina e do Caribe a fazer parte do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho. O ano era o de 1992 e a escolha da OIT não aconteceu por acaso. Naquela época, nossa taxa de atividade envolvendo crianças entre 10 e 14 anos era de 18%, só perdendo para o Paraguai (19,9%) e para o Haiti (24,4%). (ANDI, 2003, p. 15).

O cenário brasileiro apresentava um grande índice de exploração do trabalho infantil, que certamente era bastante preocupante, sua entrada no Programa Internacional para a Eliminação do trabalho Infantil (IPEC), foi determinante no sentido de iniciar um trabalho organizado, que visasse de forma concreta e positiva, a redução do trabalho infantil. Segundo Souza (2009, p. 3738), “após 10 anos de funcionamento, com a ajuda do IPEC, cerca de 800.000 crianças foram retiradas do Trabalho no Brasil”.

Para que o Brasil pudesse ter o avanço mencionado acima, muitos anos de lutas foram necessários, assim, o papel da OIT foi fundamental no desenvolvimento de ações direcionadas a concretizar compromissos dos países integrantes, tais situações partiram e partem de atualizações relacionadas a coibir o trabalho infantil, que ocorre desde sua criação, por meio de convenções.

A primeira delas – Convenção n. 05 - proibiu o trabalho de menores de 14 em indústrias, públicas ou privadas, ou em suas dependências; já a segunda – Convenção n. 06 - vedou o trabalho noturno aos menores de 18 anos. Durante os anos de 1919 a 1965, foram aprovadas Convenções versando sobre a idade mínima para o trabalho nos diversos setores da economia, quais sejam: indústria, trabalho marítimo, agricultura, estivadores e foguistas, emprego não industrial, pescadores e trabalho subterrâneo. (SILVA, 2009, p. 38).

Os avanços contra a exploração do trabalho infantil a nível internacional foram gradativos. Em 1973, antes do ingresso do Brasil no IPEC, houve um passo determinante neste sentido,

[...] com a Convenção n. 138, de 1973, houve um posicionamento unificado a respeito da idade mínima de admissão ao emprego. É uma norma flexível, que não fecha os olhos aos diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico dos países-membros da OIT. No seu art. 1º, prevê que um país, ao ratificar a Convenção, deve assegurar a efetiva abolição do trabalho infantil, buscando elevar, progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou a trabalho a um nível apropriado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem. (SILVA, 2009, p. 38).

Os avanços nas leis de proteção dos direitos das crianças e adolescentes tiveram um desenvolvimento histórico longo, que não terminou com a criação da OIT, IPCE e outras leis e convenções.

No Brasil este histórico também é longo, entretanto nos deteremos a dialogar sobre algumas bases legais sobre o combate contra a exploração do trabalho infantil.

O primeiro dispositivo legal que podemos falar é a Constituição Federal de 1988, que desenvolvida sob fortes influências internacionais, originárias principalmente da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948.

No seu art. 25, §2, tal declaração estabelece que “[...] a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social”. (SILVA, 2009, p. 40).

Ao falar em proteção social, temos a ideia de que o dever de proteção das crianças é um dever que não está restrito a pai ou mãe, esta proteção deve ser um dever de todos, do Estado, da família e da sociedade geral. Essa ideia protetiva ampla nos dá um certo entendimento sobre a importância e necessidade desse ato, que posteriormente é ampliado, deste modo:

O arcabouço valorativo construído pela Declaração Universal dos Homens serviu de fundamento para a elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, que deu o passo inicial para a fixação da doutrina da Proteção Integral da Criança, a qual prega, em síntese, o interesse superior da criança. (SILVA, 2009, p. 40).

A partir das transformações propostas dessas declarações a criança passa a ser vista como um elemento essencial da família, não como apenas como um indivíduo desprovido de necessidades, atenção dentre outros cuidados legais, mas sim como sujeito de direitos, merecendo, dessa forma, proteção e atenção especial. Neste direcionamento “[...] a Teoria da Proteção Integral da Criança afirma que os menores possuem os mesmos direitos dos adultos; contudo, devido à sua condição de hipossuficiência e vulnerabilidade, fazem jus a uma proteção especial e prioritária.” (SILVA, 2009, p. 40).

Nesse contexto de reconhecimento sobre os direitos e necessidades de se promover uma proteção diferenciada para as crianças e adolescentes nossa Constituição Federal (CF), de 1988, mencionada anteriormente, traz em suas entrelinhas a ideia de proteção integral, segundo esta carta magna, em seu artigo 277:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Percebe-se que além da afirmação da proteção contra qualquer forma de agressão, ainda há em destaque a prioridade dos direitos à criança e ao adolescente, em ter educação, saúde, lazer cultura, uma profissionalização futura e outros elementos fundamentais. Outro avanço foi dado com a emenda constitucional nº 20, de 15.12.1998, “[...] a qual alterou o inciso XXXIII, do art. 7º da CF/88, elevando para 16 anos a idade mínima para o trabalho infanto-juvenil, bem como aumentando para 14 anos a idade mínima para o regime de aprendizagem (SILVA, 2009, p. 45).

Outro ponto legal que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes é a lei nº 8069/1990, o Estatuto da criança e do Adolescente, o ECA. Relacionado ao trabalho infantil, o ECA tem fundamentalmente o capítulo V, do Título II, para a regulamentação do direito à profissionalização, apresentado na CF, e à proteção no trabalho. Já os dispositivos do Estatuto, que englobam o art. 60 até o art. 69, vêm especificar a forma de como o trabalho e a profissionalização podem estar sendo desenvolvidas, respeitando diversas condições para que isto ocorra, estabelecendo, por exemplo, nos artigos 64 e 65 que “[...] Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem. [...] Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários” (BRASIL, 1990, p. 11).

2.4. O TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O enfrentamento possibilitado pela ação da escola, deve ocorrer no sentido de desenvolver mecanismos que possam entrar em ação direta contra a exploração do trabalho infantil e fortalecer a entrada e permanência destes indivíduos no espaço escolar, para que possa usufruir dos benefícios desta instituição formativa. Neste sentido, Santos (2015), afirma que:

Com efeito, não se pode pensar em combate ao trabalho infantil sem a adoção de políticas voltadas para a colocação da criança na escola, dando-lhe todo o suporte necessário para que lá permaneça, como também, em

relação ao adolescente, de políticas voltadas para sua profissionalização. (SANTOS, 2015, p. 112).

Na publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com o Ministério da Educação e outras instituições², intitulada “O Trabalho Infantil e o Direito a Aprender”, confirma-se a ideia de que:

É consenso, entre os movimentos, organizações governamentais e não-governamentais que a educação é peça-chave na erradicação do trabalho infantil, porque aquela deve promover o desenvolvimento intelectual e psicológico dos indivíduos, contribuindo para melhorias significativas na qualidade de vida das crianças e adolescentes em idade escolar. (UNICEF, 2009, p. 10).

O consenso de que a escola é de fato, fundamental no desenvolvimento de ações em direção contrário à exploração do trabalho infantil, mostra que esta instituição tem um potencial diferenciado, pois ela lida diretamente com os sujeitos que podem estar sendo vítimas de alguma exploração trabalhista. Além de ter o contato com as crianças e adolescente, em muitas vezes a escola está inserida dentro de comunidades, bairros, locais e outros espaços em que a exploração do trabalho infantil é uma realidade visível. Isto não significa dizer que todos os estudantes de uma escola estejam sendo explorados, entretanto, é importante que a escola desenvolva mecanismos de análise e percepção de situações de exploração. Neste sentido é correto afirmar que é importante “A percepção, por parte da escola, de que ela pode e deve interferir nesta realidade [...]” (UNICEF, 2009, p. 10).

O potencial da escola fica evidenciado, contudo, esta capacidade de intervenção não se restringe apenas na possibilidade de identificar possíveis crianças e adolescentes em situação de exploração. Segundo a UNICEF, a escola vai além disso, pois isto “[...] é um dos primeiros passos para aguçar o olhar e identificar os(as) alunos(as) que trabalham.” (UNICEF, 2009, p.10). A escola pode e deve ir além, podendo saber:

[...] quais os motivos que os levam a trabalhar ainda na infância e na adolescência, quais suas dificuldades de aprendizagem. Feito este diagnóstico, é possível à escola pensar e desencadear ações no sentido de debater esta temática com os(as) alunos(as) e suas famílias, buscando alternativas para o combate ao trabalho infantil.

² Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), OIT, Fundação Itaú Social, Ação Educativa.

A escola é entendida como ponto essencial no combate ao trabalho infantil, mas apesar de esta instituição estar presente e atuando por centenas de anos no Brasil, nós ainda temos um número alarmante de crianças e adolescentes em estado de exploração, que em 2015 somavam mais de 2,7 milhões, entre 5 a 17 anos. Isto faz-nos refletir e o que pode ser desenvolvido por esta instituição em favor das crianças e adolescentes explorados.

O UNICEF por meio de uma publicação que mencionamos anteriormente³, organizou e propôs várias estratégias para desenvolver atividades para escolas e outras entidades, a fim de estabelecer um canal de discussão, problematização, questionamento e proposição de ações de enfrentamento da exploração do trabalho infantil.

No quadro abaixo apresentamos de forma resumida, apenas dois temas objetivos e atividades propostas a serem desenvolvidas pelas escolas.

Quadro 03: Encontros propostos

TEMAS	OBJETIVOS	ATIVIDADES PROPOSTAS
O trabalho infantil ao longo da história e os direitos das crianças e adolescentes	Contextualizar o trabalho infantil historicamente. Compreender os direitos como parte importante da construção da cidadania.	Relembrar como a questão do trabalho infantil era tratada quando você era criança/adolescente e reflita sobre algumas questões
Conceituando o trabalho infantil	Problematizar o conceito de trabalho infantil do grupo de professores da escola. Identificar o conceito de trabalho infantil expresso na legislação.	Organizem-se em grupos para debater as seguintes questões: 1. O que é o trabalho infantil? 2. A criança e o adolescente devem trabalhar? 3. Indiquem os argumentos que justificam as ideias apresentadas nas respostas dadas às questões 1 e 2.

Fonte: UNICEF, 2009.

³ O Trabalho Infantil e o Direito a Aprender.

Diante desses temas, objetivos e atividades propostas nos perguntamos sobre as contribuições que isto pode trazer para a prevenção da exploração do trabalho infantil, visto que, essas ações são voltadas para professores.

Entendemos que reflexões por parte da escola podem ser ampliadas para a comunidade e atingir a família, e outras entidades sociais. O esclarecimento da exploração do trabalho infantil e da necessidade de enfrentamento desta realidade é fundamental para que algo seja feito. Ações como estas e o desenvolvimento das atividades propostas podem estar iniciando “[...] um processo de reflexão na escola, nas reuniões pedagógicas, nos espaços de conversas com as mães e os pais, considerando que a parceria com a família é de suma importância para a conscientização sobre o trabalho infantil” (BRASIL, 2009, p. 09).

As propostas apresentadas aparentemente estão direcionadas para a formação intelectual, tendo pouca conexão com a realidade vivenciada por crianças. No entanto, este quadro não mostra as propostas de forma panorâmica. Por exemplo podemos mostrar uma atividade que partiu de imagens de crianças desenvolvendo atividades que configuram trabalho infantil. Com base nas discussões trabalhadas, os participantes foram orientados a observar as imagens e fazerem uma discussão sobre o que viram. As imagens foram:

Figura 02: Família trabalha coletando material reciclável, São Paulo (SP), 2004.



Fonte: UNICEF, 2009.

Figura 03: Vendedor de fitinhas de N. Sra. de Nazaré e brinquedos, no centro de Belém (PA), 2005.



Fonte: UNICEF, 2009.

A partir destas imagens e das discussões desenvolvidas, os professores foram orientados a realizarem perguntas que estimulassem o entendimento e esclarecimento sobre a condição de exploração das crianças mostradas nas imagens.

A utilização de uma metodologia que consideram principalmente a realidade como forma de acesso às pessoas e problematização de certos temas, como a exploração do trabalho infantil, pode desenvolver ou despertar a atenção das pessoas para a necessidade de intervenção sobre a problemática que se apresenta.

Outra atividade proposta a ser desenvolvida, que busca identificar o que é trabalho infantil e, também desenvolver por meio desta, uma possível avaliação das atividades anteriormente desenvolvidas foi a uma tabela com afirmações e alternativas de sim ou não. Vejamos.

Quadro 04: Atividade sobre o que é trabalho infantil

ATIVIDADES	TRABALHO INFANTIL		ATIVIDADES	TRABALHO INFANTIL	
	SIM	NÃO		SIM	NÃO
Acordar cedo para ir à escola.			Forrar a sua cama de manhã.		
Assistir a um filme na televisão.			Catar papelão e lata para vender.		
Carregar sacolas na feira.			Ler um livro.		
Passar roupa para casa de família.			Cortar cana na roça.		
Jogar bola com os amigos.			Inventar uma brincadeira.		
Engraxar sapatos na rua.			Carregar sua mochila da escola.		
Vender bala na rua.			Cozinhar em casa de família.		
Fazer os deveres da escola.			Limpar sua casa todos os dias.		
Carregar tijolo e areia.			Brincar de esconde-esconde.		
Pegar água no poço.			Fazer entrega para uma farmácia		
Visitar os parentes.			Limpar vidros de carro nas ruas.		
Vender produtos em semáforos			Fazer exposições de malabares em troca de dinheiro nas ruas.		

Fonte: UNICEF, 2009.

A atividade proposta tem grande potencial e colocar em xeque o que vem a ser o trabalho infantil, pois expõe ações conhecidas e cotidianas, que em muitas vezes são desenvolvidas pelas crianças e entendidas como ações naturais, familiares, comuns. Dessa forma, são classificadas como ações normais, distantes do trabalho infantil. Por exemplo, uma família que em o corte da cana-de-açúcar como uma atividade diária pode entender que esta ação pode ser desenvolvida pela criança, ser trazem consequências, pois trata-se de uma atividade básica para a família.

Arruda (2008), fazendo uma comparação com o conto da Cinderela, revela essa forma de perpetuar o trabalho infantil, segundo a autora:

No Brasil, estima-se que perto de 9% do trabalho infantil está na ocupação do trabalho doméstico. Isso não parece assustar ou causar a indignação devida, e o motivo é muito simples: esse tipo de exploração parece estar enraizado na cultura brasileira.

Também no Conto da Cinderela, costuma-se indignar mais pela proibição da ida ao baile que pelo fato de a bela mocinha estar obrigada a trabalhos penosos e sem descanso. (ARRUDA, 2008, 286).

A escola como uma instituição que se destaca importante no enfrentamento da exploração do trabalho infantil, tem que assumir o dever de combater este problema da sociedade brasileira. Cabe a ela desenvolver estratégias, realizar reuniões com docentes e comunidades geral, cabe a ela organizar palestras. A escola tem um dever social de ajudar no combate da exploração do trabalho infantil. Não só porque esta exploração prejudica a escola, mas sim porque prejudica principalmente a crianças e adolescentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo iremos descrever nossos encaminhamentos metodológicos. Dessa forma, apresentamos os procedimentos que deram base para o desenvolvimento desta pesquisa. Como autores principais tivemos Gomes (1994); Gamboa (2003) e Quaresma (2005), que dialogaram sobre os principais procedimentos metodológicos que puderam ser adotados nesta pesquisa.

Esse trabalho tem como metodologia algumas etapas importantíssimas para o seu desenvolvimento, dentre elas, temos o levantamento bibliográfico que o primeiro passo a ser tomado, na medida em que ela vem fazer uma investigação sobre obras e autores que escreveram ou publicaram algo sobre o assunto a ser trabalhado. Ela é de fundamental importância para o processo de análise do tema uma vez que fundamenta o que vamos investigar.

Os meios mais utilizados para fazer a pesquisa são livros, artigos, jornais, revistas, monografias, sites, entre outras fontes confiáveis que podemos utilizar. Essa pesquisa bibliográfica está baseada em textos de teses e dissertações pesquisadas na internet no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dentre outras referências.

Outro passo a seguido foi definir a pesquisa como quati-qualitativa, que é um método que foca estudar as particularidades e experiências, levando os interlocutores a ficarem ou se sentirem mais livres para falarem sobre determinado assunto. A pesquisa qualitativa explora o ambiente natural do pesquisado, onde é descrito de forma “cotidiana” o assunto, preocupando-se em dar ênfase no que as pessoas falam, sobre sua realidade principalmente.

Gamboa falando sobre este tipo de pesquisa diz que:

Assim quando se fala de pesquisa qualitativa se refere à coleta e tratamento de informações sem uso de análise estatística, a instrumentos como entrevistas abertas, relatos, depoimentos, documentos que não fecha a interpretação num único sentido (paráfrase), mas, permite o jogo de sentidos (polissemia). (GAMBOA, 2003, p. 338).

Também optamos pela pesquisa de campo, nela o pesquisador tem contato direto com o seu objeto de estudo e pesquisa, ele objetiva em campo coletar os dados necessários para a realização e desenvolvimento da mesma. Essa pesquisa ocorre de forma intencional onde o pesquisador dever optar por métodos de coleta de dados,

assim pode usar a entrevista (estruturada, semiestruturada, livre), questionários, entre outros métodos que poderão fornecer os dados necessários para chegar ao resultado da pesquisa.

Nesta pesquisa objetivou-se conversar informalmente com as famílias em suas casas, observar, fazer perguntas, principalmente sobre o assunto tratado na pesquisa e também sobre a história das famílias e outras formas de trabalho que as crianças ribeirinhas praticam como a coleta de açaí, pesca ou outra ajuda para os pais, e o como essas atividades podem influenciar na vida escolar da criança.

A entrevista é um método em que se utiliza o contato direto com outras pessoas, podendo esse ser estruturado em formas de perguntas visando o grau onde se quer chegar ou de perguntas desenvolvidas no momento em que se tem contato direto com as pessoas em que a pesquisa envolve.

Segundo Haguette (1997, Apud QUARESMA, 2005), a entrevista é um “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Esse procedimento tem fundamental importância, pois ele juntamente com as demais etapas que vão, de maneira geral, dar maior aprofundamento no assunto, tentando revelar de maneira mais descritiva possível as realidades ali encontradas e vivenciadas por algumas pessoas que moram no Rio Tajapuru.

Nesta pesquisa, o tipo de entrevista a ser utilizado será a entrevista semiestruturada que se dará por questões abertas, provocando uma relação dialógica entre os interlocutores, expressando verbalmente seus anseios, experiências e fatos que revelam algo sobre o objeto de pesquisa e que darão jus ao desenvolvimento do mesmo.

Não distante do sentido apresentado, Quaresma (2005), mostra que:

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (QUARESMA, 2005, p. 75).

Os sujeitos dessa entrevista foram cinco (5) famílias, com seus filhos, principalmente crianças que desenvolvem algum tipo de trabalho e que esse por sua vez, interfere de maneira direta ou indireta o seu aprendizado escolar.

Tendo desenvolvido essas etapas na pesquisa, partiremos para a análise dos conteúdos, onde se tentará construir o desenvolvimento do trabalho, por meio da realização da análise dos conteúdos, que segundo Bardin (1977, p. 31) [...] é um conjunto de técnicas de análises das comunicações.” Gomes (1994) entende que é por meio do uso dessas técnicas que o investigador analisará o material coletado, atentando para o “discurso” da maneira em que o locutor utilizou, e que também, analisará as informações e relatos de maneira precisa, conforme o ocorrido em cada procedimento de investigação para assim chegar na etapa ou momento de produção escrita.

A organização dos dados se dará por categorias que,

[...] se refere a um conceito que abrange elementos e aspectos em características comuns ou que se relacionam entre si. As categorias são empregadas para estabelecer classificações. [...] Trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em termo de um conceito capaz de abranger tudo isso (GOMES, 1994, p. 70).

Para a organização dos dados, faz-se necessário, fazer o levantamento daquilo que foi coletado, como as ideias, relatos, sentimentos e etc., levando em consideração todos os passos seguidos, caracterizando-os como elementos relacionados na pesquisa, como por exemplo, as questões da entrevista. Para Reis (2004, p. 81), isto “[...] corresponde à organização do material oral e escrito coletado para efeito de observação e comparação das mensagens”.

As categorias proporcionarão a organização de todo o material coletado, porém, organizar todo o material não é uma tarefa fácil, requer do pesquisador uma atenção e cuidado muito especial com todas as informações. É necessário que se tenha uma fundamentação teórica em relação ao assunto a ser pesquisado que haja e se faça a relação entre a base teórica e os resultados da coleta de dados.

Passando pela fase de organização dos dados, chegaremos ao processo de análise dos dados que foi feita através da análise de conteúdo. As fases desse tipo de análise são duas:

Uma se refere a verificação de hipóteses e/ou questões, ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito do que está por trás dos conteúdos, manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 1994, p. 74).

Com a análise de conteúdos podemos diagnosticar ou até mesmo, chegar às respostas daquilo que antes colocamos apenas como hipóteses e vai mais além, podemos através dessa análise, chegar à outros pontos subtendidos, que certas vezes ficam por trás de algo que nem sempre é identificado de imediato, somente com uma análise mais profunda e precisa dos dados, chegaremos às respostas e resultados almejados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nosso movimento investigativo procurou desenvolver ações que pudessem nos dar base para conseguirmos problematizar os impactos que o trabalho de vendas e trocas comerciais nas balsas e outras embarcações trazem ao processo de ensino aprendizagem da criança ribeirinha, além disso, procuramos realizar uma análise sobre o que essas influências geram sobre a vida destes indivíduos e suas famílias.

Para realizarmos isto tivemos como objetivo geral: analisar as influências do trabalho com vendas e trocas em balsas e outras embarcações, no rio Tajapuru no processo de ensino aprendizagem das crianças que realizam estas trocas comerciais.

Visando adentrar mais a fundo nesta temática, definimos dois objetivos específicos, que são: descrever as condições de vida da família e a prática do trabalho relacionada ao contexto escolar da criança e, identificar as influências das atividades laborais no processo formativo escolar de crianças ribeirinhas do Rio Tajapuru.

Em relação a nosso primeiro objetivo, tivemos como estratégia de coleta de dados a realização de uma entrevista, nela apresentamos questionamentos abertos que nos deram base para analisarmos as condições de vida da família e a prática do trabalho relacionada ao contexto escolar da criança.

Inicialmente pedimos para aos pais entrevistados, de forma mais específica, que descrevessem a sua condição de vida. O pai identificado como PA1 afirmou: “Olha, nossa condição não é muito boa, porque hoje em dia a situação está difícil. A gente não tem um trabalho certo, mas tem que comer todo dia, tem que comprar comida, roupa e tudo que a gente precisa”.

O exposto por este pai não se distancia do que outros responsáveis relataram. Assim, afirmou-se: “Tá difícil, mas a gente tá trabalhando e seguindo. Ruim é não poder trabalhar” (PA2, 2018). Outro pai afirmou que “A condição tá ruim. As coisas estão muito caro”.

Em relação às condições de vida das famílias que estão no *lócus* de pesquisa, temos a clareza de que há dificuldades, principalmente relacionadas às condições financeiras.

Outra percepção nítida que tivemos, a partir das análises das falas, foi que o trabalho é uma das aflições dos entrevistados, pois a incerteza de ter uma renda fixa e a certeza das dificuldades em adquirir o que é necessário para a subsistência, afeta

as famílias. Em plena conexão com nossa temática, entendemos que a necessidade e dificuldade de se ter uma renda melhor acaba atingindo os filhos, que são também alunos.

Um dos professores que foram questionados sobre esta mesma questão apresentou seu entendimento sobre isto. Ele afirmou que:

As condições de vida deste povo, a meu ver, não são totalmente precárias, mas são bastante difíceis, pois a maioria não tem um bom trabalho e recursos para se sustentar dignamente. Isso afeta a saúde, a moradia, e outras áreas, principalmente a educação. A escola de forma específica é bastante atingida pela condição de vida das famílias. As famílias são obrigadas a colocarem os filhos e filhas para trabalhar, seja no que for, por exemplo, aqui tem muito a exploração sexual nas balsas e embarcações. (PR1, 2018).

Destacamos que o professor afirma a presença da exploração sexual nas embarcações que trafegam pela região. Esta é uma realidade visível, que naturalmente se desenvolve, colocando principalmente adolescentes no meio desse tipo de exploração.

Seguindo nossas análises e, tendo em vista que a condição de vida das famílias entrevistadas apresenta dificuldades, e que, estas se relacionam principalmente com o trabalho e com as possibilidades que este pode trazer para estes indivíduos, podemos entender que as práticas laborais se relacionam ou tem uma ligação direta com o contexto escolar da criança, agindo decisivamente sobre elas.

Ao afirmarmos isto, temos base nas respostas dadas sobre o questionamento que procurou saber se a condição de vida das famílias produz a necessidade de os estudantes trabalharem. Sobre isto tivemos respostas como:

Sim. Os filhos ajudam muito nas coisas que fazemos. Pra tirar açai, pescar camarão, pra trabalhar no mato, pra trocar dia de trabalho, vender as coisas nas embarcação e nas balsa e tudo que tem aqui de trabalho. É mais fácil pros filho que são novo do que a gente que já está velho. E é melhor eles trabalhar do que ficar por aí sem fazer nada, porque o que mais tem é coisa errada no mundo. (PA1, 2018).

Este responsável mostrou que o trabalho desenvolvido pelos filhos é uma necessidade obvia, já que diante das dificuldades que a atualidade coloca à frente destes indivíduos são inúmeras.

Um professor tem esse entendimento, para ele “A situação está difícil e toda ajuda é necessária para complementação da renda familiar. Os filhos às vezes são os que mais trabalham” (PR2).

Neste direcionamento, um dos pais afirma que:

Sem a ajuda dos filhos a gente tem mais dificuldade de que com eles, pois enquanto eles vão vender açaí em Breves ou nos barcos e nas balsa que passa aqui, eu já tô fazendo outra coisa. O tempo da gente é corrido e eu num paro. Os filho menor só ajudam a mãe em casa, na pesca e no mato.” (PA2, 2018).

Um terceiro responsável respondeu nosso questionamento de forma interrogativa, assim ele questionou: “Com a ajuda dos filho já tá ruim, e sem eles?” (PA3, 2018). Apesar de haver um questionamento apresentado no lugar de uma explicação, percebe-se que os três entrevistados, com suas respostas, confirmaram que a condição de vida das famílias produz a necessidade de os estudantes trabalharem.

As afirmações mostraram que o trabalho é um elemento, se não o principal, é fato que age influenciando o destino da vida escolar de crianças e adolescentes das famílias pesquisadas. Essa afirmação é colocada por Custodio e Souza (2007, p.5): “As principais causas do trabalho precoce envolvem as condições econômicas das famílias [...]. Seguindo esta afirmação, eles ainda dizem que não é apenas isto, “[...] mas também fatores de ordem cultural que legitimam a exploração pelo suposto caráter moralizador do trabalho” (CUSTODIO; SOUZA, 2007, p.5).

A segunda afirmação acima, que reforça o caráter moralizador do trabalho, necessário nessa atual sociedade em que a violência e influências negativas têm grande força, é exposta na resposta de PA1. Este entrevistado menciona que “[...] é melhor eles trabalhar do que ficar por aí sem fazer nada, porque o que mais tem é coisa errada no mundo” (PA1, 2018). Martins (2006, apud LIMA 2015), dialoga com esta ideia, pois mostra que para muitos ou muitas famílias:

[...] entre a criança ficar abandonada, ou perambulando pelas ruas (**Em nosso caso, ficar perambulando pelos rios e igarapés**), onde provavelmente partirá para a prática de furtos e roubos e uso de drogas, (**em nossa realidade ainda há a prostituição e outros**) certamente melhor que tenha um ofício, ou até um aprendizado, para que possa contribuir para a melhoria das condições de vida de sua família (MARTINS, 2006, apud LIMA 2015, p. 6; grifo nosso).

A ideia moralizadora que o trabalho tem, por um lado age atribuindo a este ato o poder de determinar que as crianças e adolescentes que procuram trabalhar tendem a distanciar-se de ações tidas como erradas, ações que podem futuramente estar colocando-os no mundo da criminalidade. Por outro, a ideia que se tem sobre o trabalho segue legitimando a exploração do trabalho infantil, com solução para uma problemática de ordem social, política, econômica, cultural e outras possibilidades.

Outra resposta mostrou parte do entendimento da família, que se tem sobre o trabalho infantil, visto como algo normal, aquilo que Souza (2007) mostrou ser derivado de uma ordem cultural. O pai afirma que diferente dos filhos que saem para trabalhar fora de casa, principalmente em trabalhos de venda, as crianças têm outras atividades, assim, “Os filho menor só ajuda a mãe em casa, no mato, pescando.”. (PA2, 2018).

Essa compreensão da família sobre a normalidade do trabalho infantil tem raízes fundadas em suas próprias vivências, tendo ligação umbilical com questões culturais. Condesey (2002), dialogando sobre isto nos coloca uma situação e fazendo correta ligação com a educação, mas especificamente com a falta de acesso causado pelo trabalho, a autora afirma que:

Normalmente, os filhos explorados no trabalho são filhos de pais que também passaram por esta situação e não conseguiram interromper o círculo. Isto é, não tiveram acesso à educação e consequentemente continuam fora do mercado de trabalho e sem chance de retornar. (CONSEDEY, 2002, p. 39).

Consedey (2002), mostra que o entendimento dos pais é baseado em suas experiências de vida, nas quais o trabalho surge, de forma precoce, e que, apesar de ter-lhes ceifado possíveis oportunidades de ter futuramente melhores condições de trabalho e de vida de forma geral, não age sobre sua concepção de trabalho infantil e sua exploração. Essa visão familiar tende a ver exploração do trabalho infantil como comum, sendo normalmente aceita e desenvolvida com seus filhos, sem vista às consequências que futuramente poderão afetar estes pequenos indivíduos, que têm com isso muito de seus direitos feridos.

Até aqui percebemos que a condição de vida dos responsáveis entrevistados, mostrou o trabalho sendo um dos grandes entraves que agem sobre o desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes ribeirinhos do *lócus* pesquisado. Tendo esta base, a partir de agora direcionamo-nos a nosso segundo

objetivo, que teve como foco definido, identificar e analisar as influências das atividades laborais, em especial às relacionadas com as vendas e trocas em embarcações e balsas, no processo formativo escolar de crianças ribeirinhas do Rio Tajapuru.

Assim como em nosso objetivo inicial, para este segundo também tivemos nas entrevistas as bases para nossas reflexões. Nossa primeira ação investigativa procurou saber quais eram as principais influências que o trabalho com vendas e trocas em balsas e outras embarcações exercia sobre os processos formativos dos alunos. Primeiramente tivemos que confirmar a existência deste fenômeno no espaço pesquisado. Assim, apresentamos este questionamento a 03 professores que estavam na escola. Todos afirmaram sua existência, e que, esse tipo de trabalho exerce influências sobre o desenvolvimento educacional dos estudantes. Seguindo seus comentários, um professor foi bem esclarecedor e afirmou que:

O trabalho de forma geral e, especificamente com vendas e trocas em balsas e embarcações diversas, é um grande causador da evasão e do grande número de faltas dos alunos, além disso, geralmente isto tira o tempo para eles realizarem as atividades extraclasse e possíveis trabalhos para recuperarem notas e assuntos perdidos. Uma área muito afetada é a matemática, pois as aulas têm muita relação, dessa forma, às vezes um assunto é base para o outro, e ao perderem um, acabam tendo dificuldades com outro ou outros que virão. (PR1, 2018)

Lima (2015) em sua pesquisa, mesmo não se tratando de vendas e trocas em balsas e outras embarcações, apresenta resultados que não fogem ao que o professor entrevistado mostrou. O autor afirma que o excesso de falta nas aulas, a evasão e o baixo rendimento escolar são causados por influências do trabalho. Ainda é afirmado por este autor, que a criança por estar em regime de trabalho “[...] fica sem tempo de fazer as atividades escolares porque teve que trabalhar. Muitos acabam perdendo a condição de acompanhar o rito da educação” (LIMA, 2015, p. 02).

A situação acima é preocupante, pois mostra que os alunos que trabalham com vendas em balsas e outras embarcações têm dificuldades em desenvolver suas capacidades e habilidades necessárias para que se possa estar no espaço escolar e em pleno desenvolvimento. As faltas limitam os alunos a terem um amplo contato com os conhecimentos trabalhados nas aulas. Um exemplo disso foi posto pelo professor entrevistado, mostrando um fato relevante, pois para ele a área mais afetada é a matemática, pelo fato de que as aulas têm muita relação umas com as outras; assim,

uma aula anterior é base para outras; nesse caso, quem perde determinada aula pode ter dificuldades sérias nas subsequentes (PR1, 2018).

A complexidade vinda das influências do trabalho realizados por estudantes é percebida por todos os professores. Outro docente comenta sobre isto e reforça informações já mencionadas. Além de apresentar outras, ele vem afirmar com segurança que:

As principais influências do trabalho em balsas realizado por adolescentes e até por crianças estudantes, incidem sobre a evasão escolar; a frequência negativa; a perda de provas e trabalhos avaliativos importantes; a falta a atividades que a escola desenvolve, como projetos e comemorações; a não realização de atividades extraclasse; a retenção; a progressão automática com baixa qualidade e, de forma geral, sobre o baixo desenvolvimento educacional. (PR2, 2018)

O terceiro professor também contribui significativamente com nossas análises:

[...] as principais consequências desse tipo de trabalho são vistas nas faltas e na evasão escolar, afetam também o aprendizado dos alunos, pois se eles trabalham, têm pouco tempo para fazer as tarefas de casa e até mesmo para vir para a escola, tendo que faltar muitas vezes. Tem aluno que sai de madrugada para vender açaí nas embarcações, para pescar camarão, para ir à cidade e outras atividades; quando chega a hora de estudar eles estão com sono e não prestam atenção na aula. Quando levam o dever de casa não fazem, pois têm que dormir ou trabalhar de novo. (PR 3, 2018).

Pelo que percebemos o entendimento dos professores mostra uma parcela considerável das consequências e influências que o trabalho exerce sobre a vida educacional de estudantes.

Em síntese, podemos organizar as repostas da seguinte forma:

Quadro 05: Principais influências do trabalho realizado em balsas e outras embarcações sobre a vida escolar de crianças e adolescentes estudantes.

Nº	INFLUÊNCIAS	QUANTIDADE
01	Evasão escolar	3
02	Dificuldades com atividades extraclasse	3
03	Dificuldades com disciplinas	1
04	Perdas de Provas	1
05	Retenção	1
06	Baixa qualidade	1
07	Baixo Rendimento	3

08	Desgaste físico	1
09	Não participação em atividades	1

Fonte: Trabalho de campo, 2018

Tendo elencado as principais influências ou áreas influenciadas em decorrência de atividades laborais, em especial as de vendas em balsas e outras embarcações, que são praticadas por estudantes, passamos a analisá-las, tendo foco sobre suas possíveis consequências e outros desdobramentos.

Inicialmente vamos apresentar as contribuições de um professor ao ser questionado se o trabalho específico exerce influências sobre o contexto escolar da criança ou não. Como resposta tivemos “Com toda certeza sim. Nós que estamos diariamente lidando, principalmente, com jovens e adolescentes que trabalham, mas também com as crianças, vemos de perto as dificuldades que têm em acompanhar aqueles que têm uma frequência correta ou satisfatória”. (PR 1, 2018).

O professor coloca em pauta a sua experiência de trabalho e de contato com crianças e adolescentes que têm atividades laborais como principais ações que desenvolvem, mostrando que há problemas decorrentes disso, coisa não distante do que Souza (2014, p. 63) entende, pois “[...] o trabalho infantil dificulta o acesso à educação porque muitas crianças e adolescentes trabalham sem estudar”.

A questão apresentada por Souza (2014) mostra-nos um problema muito sério, pois segundo o mesmo autor, ao colocar o trabalho diante da educação formal, vemos prejuízos irreparáveis para este segundo item. Concordamos com isto por termos a clareza de que, a escola como instituição formadora, instrutora, construtora e socializadora de conhecimentos, experiências e outros valores que influenciam positivamente na vida das pessoas, necessita estar nas prioridades de todos, para que estes possam usufruir de tudo que neste espaço, acarretando melhorias nas condições de vida destes indivíduos.

A publicação intitulada “O trabalho infantil e o direito de aprender”, de diversas entidades, entre as quais está a UNICEF, coloca a escola em posição destacada. Dessa forma, entende-se que:

A escola, bem como a família, é um dos importantes espaços de sociabilidade da criança e do adolescente. A escola é um interlocutor privilegiado, que pode transmitir conhecimentos científicos e também contribuir para a formação de pessoas capazes e competentes em uma multiplicidade de sentidos. Na

escola, pode-se aprender a se relacionar com o outro, a conquistar autonomia, segurança, a se descobrir, a ter responsabilidade, enfim, pode-se aprender para, mais tarde, exercer tarefas profissionais próprias do universo dos adultos. (FNPETI/UNICEF, 2009, p. 6).

Vendo que a escola sendo um espaço de múltiplas possibilidade, que são certamente benéficas para a vida, de forma geral, de crianças e adolescentes, pode-se entender que estes indivíduos ao terem o trabalho como principal atividade a realizar, em detrimento de seu acesso à educação, perdem grande parte de tudo que lhes é de direito. Dessa forma, tem-se o entendimento de que muito prejuízos estão sendo criados, como por exemplo, o baixo rendimento escolar dos faltosos, apontado no quadro 05.

Em uma certa discordância com a visão do professor citado, temos um ponto que nos chamou atenção. Esta percepção veio das análises das respostas dos pais que, ao serem questionados se eles acreditavam que o trabalho de forma geral, exercia influências sobre o contexto escolar da criança, como respostas tivemos variações. Assim, afirmou-se que: “Pra mim não atrapalha muito não, porque até aqui eles passaram de ano. Só atrapalha quando eles perde a aula, mas é pouco”. (PA1, 2018). Outro responsável disse: “Acho que atrapalha, porque eles já faltaram por causa de irem vender coisas e também não dá pra fazer as coisa da escola. Às vez dá.” (PA2, 2018). Um terceiro entende que “Atrapalha um pouco, porque ele perde a aula.” (PA3, 2018).

Pelo que percebemos, as respostas dos responsáveis não apresentam afirmativas esclarecedoras sobre as influências causadas pelo trabalho infantil. Isto nos dá a entender que, a família pode ter uma visão passiva em relação ao trabalho de crianças e adolescentes, em detrimento ao desenvolvimento escolar. Isto é percebido nas palavras do responsável que não vê “muitos atrapalhos” causados pelo trabalho infantil, sendo apenas a perda de algumas aulas.

Este entendimento passivo pode ser explicado ou analisado sob apresentações publicadas pela ANDI (2003), a publicação mostra que dentre os motivos que levam uma criança a adentrar no mundo do trabalho está um sistema de valores e tradições da nossa sociedade. Dessa forma:

Os padrões culturais e comportamentais estabelecidos nas classes populares levam à construção de uma visão positiva em relação ao trabalho de crianças e adolescentes. O trabalho precoce é valorizado como um espaço de

socialização, onde as crianças estariam protegidas do ócio, da permanência nas ruas e da marginalidade. (ANDI, 2003, p. 41).

Seguindo nossas ações investigativas direcionamo-nos a questionar sobre o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes na venda de produtos em balsas e outras embarcações. Assim, perguntamos aos pais: Você considera que o trabalho de trocas e vendas em balsas exercem influências positivas ou negativas na educação de seus filhos?

Como respostas tivemos a afirmação de um pai, revelando que as influências são negativas e positivas. Segundo ele, são negativas “[...] porque quando eles trabalham nessas vendas, eles têm falta e atrapalho na escola. Eu acho que isso é ruim” (PA1, 2018). Assim, o pai entrevistado reconhece que o trabalho realizado por seus filhos causa prejuízos em seu processo de desenvolvimento educacional.

Já por outro lado, afirmando a positividade no trabalho realizado pelos filhos, o responsável afirma que: “[...] eles consegue comprar as coisas pra eles. Dá pra comprar gasolina, caneta, caderno, roupa e outra coisa que a gente precisa, não só eles. (PA1, 2018). A afirmação do pai justifica a existência do trabalho realizados por filhos, mesmo que cause problemas em sua educação escolar.

A visão familiar é preocupante, pois mostra um entendimento normal sobre o trabalho desenvolvido por seus filhos na venda em balsas e outras embarcações. Além disso, ainda há uma afirmativa de que isto é positivo, colocando a aquisição de bens como fator para que esta positividade ocorra. O limite desta visão considera apenas que há problemas em relação às faltas que os estudantes têm, mas sabe-se que há muito além disso.

Uma pequena mostra de consequências do trabalho sobre a vida dos alunos vem da apresentação da ANDI, pois para esta instituição:

Os efeitos, no entanto, são tão variados quanto as causas e vão muito além do aspecto social e de impactos na saúde da criança. Do ponto de vista estritamente econômico, o Trabalho Infantil também é bastante prejudicial. Quem começa a trabalhar cedo estuda menos e, no futuro, também vai ganhar menos. (ANDI, 2003, p. 43).

Há outro efeito que, assim como colocado por Ono (2015), foi mencionado anteriormente pelo professor PR3, se tratando das atividades extraclasse. Segundo o autor, “[...] as crianças que dividem o seu dia entre trabalho e estudo têm menos tempo

para realizar as tarefas da escola e, dessa forma, é provável que possam se tornar menos competentes em sala de aula em comparação com as crianças que somente estudam. (ONU, 2015, p. 26).

Não tendo uma visão positiva do trabalho realizado por estudantes em detrimento de seu desenvolvimento escolar, outro pai mostra isto ser negativo, mesmo parecendo ser aceito naturalmente, em sua afirmação ele diz: “Acho que é negativo, porque tem falta e problema na escola. Tenho uma filha que parou de estudar e não voltou mais. Mas ela trabalha”. No entendimento do pai há um problema que é a desistência de sua filha. Entretanto, ela seguiu trabalhando, ou seja, parou, mas não ficou sem fazer nada, foi trabalhar, para ter uma vida melhor.

Seguindo nossas reflexões perguntamos quais eram as influências que o trabalho realizado pelas crianças juntos às balsas exerce sobre o processo educativo dos estudantes. Um pai respondeu que “O trabalho nas balsa atrapalha a vida de quem procura isso. Faz os aluno terem faltas, porque as balsa passa toda hora e eles preferem ir nelas do que ir pra escola. Vão pegando falta até que muitos param de estudar.” (PA1, 2018).

Outros pais também mostram que as influências são negativas, ao dizerem: “Pra mim esse tipo de coisa influencia no aprender das crianças, tira a chance das criança irem pra escola.” (PA2, 2018), e “Traz muita influência ruim, porque prejudica as aulas dele” (PA3, 2018).

Seguindo a linha de reprovação do trabalho, considerando-o negativo para a vida escolar de estudantes, um professor contribuiu apresentando seu entendimento. Assim, ele disse:

Entendo que a influência é negativa. Isto pode ser confirmado facilmente quando comparamos as notas e principalmente o aprendizado e desenvolvimento de habilidades nas diversas disciplinas, de alunos frequentes e os que têm um grande número de faltas. Outro ponto importante é a evasão escolar, principalmente das alunas, pois são elas as mais prejudicadas com este tipo de trabalho, que na verdade se desdobra para a exploração sexual, que para muitos aqui é vista como normal, como uma forma de trabalho qualquer, pois elas ganham seu sustento negociando nestas embarcações. Acontece que muitas engravidam nessas negociações. E por isso saem da escola. Isto é comum não só aqui nessa escola. (PR1, 2018).

Guedes (2018) nos apresenta informações importantes acerca do citado acima mostrando que, essa naturalidade a revestir a aceitação da prostituição ou da

exploração sexual de alunas que trabalham com a venda em balsas e embarcações, decorre principalmente pela escassez de oportunidades, que acaba alicerçando a aceitação por parte da família. Dessa forma, o autor explica que:

[...] mercado atual de empregos e atividades laborais autônomas, as alternativas disponíveis para mulheres de famílias pobres e com baixa (ou sem) escolaridade são muito limitadas. Nesse sentido, a prostituição surge como uma “opção nada desprezível”, não sendo considerada como uma violação da retidão moral, mas sobretudo como um elemento indispensável da economia familiar (FONSECA 1996, apud GUEDES, 2018, p. 164).

Não é nosso objetivo adentrar no mérito de falar sobre os motivos que conduzem para a possível prostituição de algumas estudantes do *lôcus* pesquisado, até porque ela não acontece de fato, com todas que realizam trabalhos de vendas nestes transportes. Guedes nos esclarece que:

A prostituição passou a ocorrer, **em contexto amazônico, marajoara e brevense**, mas não sem ambiguidades, de forma que não é possível afirmar que toda mulher ribeirinha, **incluindo alunas da escola pesquisada**, que participa do comércio informal nas balsas também participe de prostituição (GUEDES, 2018, p. 162: grifo nosso).

Interessou-nos refletir nas possíveis consequências que as práticas de trabalho, que podem desdobrar-se em exploração sexual ou uma troca por sexo, em balsas e embarcações produzem sobre o desenvolvimento educacional de estudantes da escola pesquisada. Conforme as informações destacadas no quadro 05, temos as faltas e a evasão escolar como uma consequência principal, visto que a partir dela, a repetência e baixo rendimento, que são destaques, também se produzem.

Segundo Vieira (2011), no ano de 2010 concluiu-se um relatório da CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), o qual debruçou-se sobre os crimes de pedofilia, este documento reitera a incidência da exploração sexual infanto-juvenil no município de Breves. A autora ainda afirma que: “O relatório mencionado constatou que as consequências do abuso sexual e a prostituição juvenil constituem-se em fortes determinantes de evasão escolar do ensino fundamental, especialmente na faixa etária correspondente à juventude”. (VIEIRA, 2011, p. 26).

Temos a clareza de que a exploração do trabalho infantil e juvenil de estudantes da escola em pesquisa é um forte determinador e influenciador sobre a vida escolar destes indivíduos, dentre as atividades laborais que temos as negociações em balsas e outras embarcações como uma causadora potencial da evasão escolar, que a partir daí surgem outras consequências, como o baixo rendimento, a perda de atividades, a reprovação, dificuldades em cursar disciplinas, dentre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa desenvolveu inicialmente uma análise teórica que refletiu sobre o trabalho infantil e suas relações com o desenvolvimento educacional de estudantes. Desenvolvemos uma discussão sobre a história das violências contra a infância, na qual a exploração do trabalho é uma dessas violências. Tratamos também das principais formas do trabalho infantil, além de falarmos das bases legais contra a exploração do trabalho infantil e do trabalho pedagógico da escola e a prevenção à exploração do trabalho infantil.

Nossa ação investigativa se debruçou em investigar uma problemática que está aflorada na realidade amazônica, marajoara e brevense em especial. Questionamos sobre como famílias ribeirinhas e suas crianças dão sentido ao trabalho com vendas e trocas comerciais nas popas das balsas no rio Tajapuru, relacionando-o ao processo de ensino aprendizagem na escola dessas crianças que realizam essas trocas comerciais. Tivemos o entendimento de que a ideia que se tem sobre o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes na escola pesquisada, mostra que esta ação é normal, é aceita e apoiada pelos entrevistados, apesar de tal ação acarretar consequências para o desenvolvimento educacional destes indivíduos. Podemos afirmar que o trabalho infantil é um fenômeno cultural que se manifesta nas relações socio culturais, em especial do *lôcus* pesquisado.

Para termos este entendimento citado, visando responder nosso questionamento, tivemos que traçar alguns objetivos. Assim, como geral delimitamos analisar as influências do trabalho com vendas e trocas nas popas das balsas no rio Tajapuru no processo de ensino aprendizagem das crianças que realizam estas trocas comerciais. Já como específicos tivemos que descrever as condições de vida da família e a prática do trabalho relacionada ao contexto escolar da criança; e identificar e analisar as influências das atividades laborais no processo formativo escolar de crianças ribeirinhas do Rio Tajapuru.

Em relação a nosso primeiro objetivo concluímos que a condição de vida dos entrevistados é difícil, pois afirmou-se que diversas dificuldades são encontradas no dia a dia, principalmente relacionadas ao trabalho, para que se consiga recursos financeiros para adquirir o necessário para a subsistência. Face a isto verificou-se que o trabalho realizado por crianças e adolescentes estudantes surge como um caminho que pode ajudar na melhoria da condição de vida. Entretanto, esta exposição a

trabalho traz consequências para o desenvolvimento educacional destes indivíduos, visto que o contexto escolar da criança passa a ser afetado.

Em relação a nosso segundo objetivo, concluímos que há diversas influências que o trabalho produz sobre a vida escolar dos estudantes, assim: faltas e evasão escolar; dificuldades com disciplinas; dificuldades com atividades extraclasse; retenção; perda de provas; baixa qualidade; baixo rendimento; desgaste físico e não participação em atividades que a escola realiza são consequências que as atividades laborais produzem. Nossas análises apontaram que o grande número de faltas e a evasão escolar são as principais consequências da ocorrência do trabalho na vida de crianças e adolescentes estudantes, pois a partir disso, outras consequências são produzidas, como o baixo rendimento, a retenção e a perda de avaliações.

Dentre as atividades realizadas pelos alunos entendemos que a venda em balsas e outras embarcações é a mais prejudicial, pois causa o afastamento destes do espaço escolar, causando por vezes evasão, já que muitos estudantes praticam estas atividades e acabam abandonando a escola para dedicar-se a esta ação laboral.

Em suma, temos a clara percepção de que a condição de vidas dos entrevistados que são pais de alunos da escola pesquisada acaba agindo de forma decisiva para a ocorrência do trabalho infantil, sendo que se tem a ideia que este ato tem sua positividade/moralidade, pois traz benefícios financeiros para a família. Este entendimento alicerça o trabalho infantil, que por sua vez toma conta do tempo das crianças e atrapalha na sua frequência no espaço escolar, prejudicando o seu desenvolvimento educacional.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **A Organização Internacional do Trabalho e a proteção dos direitos humanos sociais do trabalhador**. Revista LTr, v. 71, p. 604-615, 2007.

ANDI. **Crianças invisíveis**: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração / coordenação Veet Vivarta. – São Paulo: Cortez, 2003. – (Série mídia e mobilização social; v.6)

ARRUDA, Kátia M. **O trabalho infantil doméstico**. Rompendo com o conto da Cinderela. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 45 n. 178 abr./jun. 2008.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar**: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em 10 de junho de 2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

_____. **O trabalho infantil e o direito de aprender**. FNPETI/UNICEF/OIT, Fundação Itaú Social, MEC, Ação Educativa (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa; Brasília: FNPETI/UNICEF, 2009.

_____. **Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho. 2004.

BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. – Brasília: IPEA, 2011.

COSENDEY, Elvira Mirian Veloso de Mello. **O Trabalho Infanto-Juvenil**: Características e Malefícios. Belo Horizonte, PUC-MINAS, 2002.

CUSTÓDIO, André Viana; SOUZA, Ismael Francisco de. **Conselhos Tutelares como agentes de erradicação do trabalho precoce**. CURITIBA-PR: UNIBRASIL, 2007.

FNPETI/UNICEF. **O trabalho infantil e o direito de aprender** / FNPETI, UNICEF, OIT, Fundação Itaú Social, MEC, Ação Educativa (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa; Brasília: FNPETI/UNICEF, 2009.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. **Pesquisa Qualitativa**: superando tecnicismos e falsos dualismos. Contrapontos - volume 3 - n. 3 - p. 393-405 - Itajaí, set./dez. 2003.

GUEDES, Leonildo Nazareno do Amaral. **SOCIABILIDADES RIBEIRINHAS, RECIPROCIDADE E MORALIDADE NO MARAJÓ**: A VIDA ENTRE BALSAS E BEIRAS. (Tese; Doutorado em Antropologia). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2018.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEIFELD, Thais. **Centros de convivência familiar**: um estudo de caso dos desafios e do perfil familiar da população atendida pelo Centro de Convivência da Família Padre Pedro Vignólia na Cidade de Manaus. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

LIMA, Antônio de Oliveira. **Aspectos legais, históricos e culturais do trabalho infantil no Brasil**. ECTI, 2012.

LIMA, Antônio Oliveira. **Causas e Consequências do Trabalho Infantil**. ECTI, 2012.

LIMA, Sandro Antonio de Oliveira. **A evasão escolar decorrente do trabalho infantil**. Canoinha: FUMDES, 2015.

MACEDO, Adriana C. **Violência e desigualdade social**: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. Salvador-BA: Ver. Saúde Pública, 2001.

ONO, Ida Bojicic. **O impacto do trabalho infantil no desempenho escolar**. Piracicaba: DIBD/ESALQ/USP, 2015.

PAGANINI, Juliana. **O trabalho infantil no Brasil**: uma história de exploração e sofrimento. Florianópolis: PIBIC/UNESC, 2011.

QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Florianópolis: UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

REIS, Paulo Márcio de Sant'Anna. **Construção da Base de Competências Gerenciais**: Um Estudo de Caso na Diretoria de Fiscalização do Banco Central do Brasil. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2004.

RIZZINI Irene; PILOTTI. Francisco. **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. (orgs.). - 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Francisca Simone Melo dos. **Combate ao trabalho infantil: uma incumbência do Ministério Público, da sociedade e do Estado**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 14 – n. 44, p. 99-129 – jan./jun. 2015

SANTOS, Joelma Trajano dos. **Trabalho infantil no espaço doméstico**: exploração oculta. Rio de Janeiro: PUC, - Ano XIX - nº 35 – 2016. PG 149 – 170.

SILVA, Sofia Vilela de Moraes e. **TRABALHO INFANTIL**: aspectos sociais, históricos e legais. OLHARES PLURAIS – Revista Eletrônica Multidisciplinar, Vol. 1, Núm. 1, Ano 2009.

UNICEF, **O trabalho infantil e o direito de aprender**. São Paulo/Brasília: FNPETI/UNICEF/ Ação Educativa, 2009

VIEIRA, Andréa Silva. **Representações sociais de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações**. (Dissertação; Mestrado em Educação). Belém: PPGED/UFPA, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE - 1
ROTEIRO DE ENTREVISTA DA FAMÍLIA

1. Como você descreve a condição de vida de sua família? Por quê?
2. Para você a condição de vida de sua família produz a necessidade de os estudantes trabalharem?
3. Você acredita que o trabalho de forma geral exerce influências sobre o contexto escolar da criança?
4. Você considera que o trabalho de trocas e vendas em balsas exercem influências positivas ou negativas na educação de seus filhos?
5. Que influências o trabalho realizado pelas crianças juntos às balsas exerce sobre o processo educativo dos estudantes?
6. Você acredita que o trabalho tem uma relação direta com problemas no desenvolvimento de capacidades educacionais de seus filhos?
Sim. Porque atrapalha.

APÊNDICE - 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PROFESSORES

1. Como você descreve a condição de vida das famílias dos estudantes de sua turma? Por quê?
2. Para você a condição de vida das famílias dos estudantes de sua turma produz a necessidade de os estudantes trabalharem?
3. Você acredita que o trabalho de forma geral exerce influências sobre o contexto escolar da criança?
4. Você considera que o trabalho de trocas e vendas em balsas exercem influências positivas ou negativas na educação de seus alunos?
5. Que influências ou consequências o trabalho realizado pelas crianças juntos às balsas exerce sobre o processo educativo dos estudantes?
6. Você acredita que o trabalho tem uma relação direta com problemas no desenvolvimento de capacidades educacionais dos estudantes?